AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRAFICA DOCUMENTAL.

Isabela Hass Rosa (PIBIC /UEPG), Elenice Parise Foltran (Orientadora), e-mail: 22002053@uepg.br, epfoltran@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Educação

Área: Educação / Subárea: Políticas Educacionais

Palavras-Chave: *Políticas de Inclusão, Regime Militar, Pessoas com Deficiência.*

Resumo

Este trabalho de iniciação científica analisa as políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência durante o regime militar brasileiro (1964–1985), por meio de uma abordagem bibliográfica e documental. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter histórico, toma como fontes documentos oficiais, legislações educacionais e produções acadêmicas da área. Os resultados apontam que a educação especial foi marcada por práticas excludentes, reforçando a segregação em instituições e classes especiais.

Introdução

A importância desta pesquisa reside na necessidade de compreender como as políticas educacionais formuladas nesse período influenciaram a estrutura e a cultura institucional da educação especial no Brasil. Ao investigar os marcos legais, as ações governamentais e os discursos predominantes entre 1964 e 1985, buscou-se evidenciar os mecanismos de in/exclusão que foram institucionalizados e que ainda reverberam nas práticas pedagógicas contemporâneas. O problema central que norteou a pesquisa foi: Qual o modelo educacional adotado durante o regime militar em relação a pessoa com deficiência e a sua educação? E como esta abordagem repercute no contexto atual?

Materiais e Métodos

A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, caracterizando-se como bibliográfica e documental. Foram analisados livros, artigos científicos, teses e documentos oficiais (leis, decretos, relatórios). Utilizou-se o Portal de Teses e Dissertações e de periódicos da Capes. Os trabalhos analisados foram publicados entre 2015 a 2024 e os descritores de busca foram: “Educação Especial” e “Regime Militar no Brasil”. O levantamento resultou em 19 trabalhos. Em um segundo momento foram levantados os documentos que fundamentaram as políticas educacionais do período, como a fundação das APAEs em 1962, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP em 1973 e suas regulamentações por meio de Decretos em 1974, 1976. Em 1980, o Plano Setorial de Educação Especial e em 1983 a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – CORDE. Os dados foram analisados para identificar a concepção de Educação Especial em vigor no período estudado.

Resultados e Discussão

As iniciativas do período, embora pioneiras, refletiam uma visão predominantemente médica e reabilitadora da deficiência, com foco na produtividade e na adaptação social, em vez de uma abordagem baseada em direitos e inclusão. A institucionalização da educação especial reforçou práticas segregadoras inspiradas em modelos estrangeiros, ao mesmo tempo em que ampliou a padronização de serviços e a formação docente voltada ao tecnicismo. Apesar disso, movimentos sociais e educadores críticos, inspirados por Paulo Freire, contribuíram para lançar as bases de uma educação inclusiva na redemocratização.

Conclusão ou Conclusões

Conclui-se que o período foi marcado por diversas iniciativas, mas ainda muito distantes de uma abordagem inclusiva e emancipadora. A educação especial era vista como um serviço de caridade e reabilitação, e não como um direito garantido pela Constituição. Foi somente após a redemocratização que o Brasil começou a construir políticas mais alinhadas com os princípios da inclusão e da cidadania. A compreensão histórica desse período é essencial para superar práticas excludentes e fortalecer a educação especial na perspectiva inclusiva.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação Araucária pelo incentivo financeiro, a UEPG pela oportunidade e a orientadora pelo apoio.

GARCIA, R. M. C.; KUHNEN, R. T. Políticas públicas em educação especial em tempos de ditadura: uma análise sobre a concepção de deficiência no Brasil no período 1973–1985. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, Boa Vista, v. 1, n. 1 (esp.), p. 69–84, 2020. DOI: https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v1i1.6257.